



## AS TÉCNICAS PEDAGÓGICAS DISCIPLINANDO CORPOS

Amanaiara Conceição de Santana Miranda<sup>1</sup>

O movimento social e popular ao longo dos tempos vem pressionando, a escola e seus colaboradores a repensarem sobre a sexualidade, gênero e principalmente a reconhecerem a diversidade sexual como parte integrante da grande diversidade existente no tecido social. Sendo assim, a escola necessita buscar discutir quais questões envolvem o tema da diversidade sexual e por que a sexualidade é uma temática constituída de discursos resistentes e de críticas já que é algo que faz parte das relações humanas.

De acordo com isso, Michel Foucault<sup>2</sup> na obra *História da Sexualidade* faz referência à sexualidade como um dos mecanismos utilizados pelo domínio político e econômico – século XVII período do desenvolvimento do capitalismo – para disciplinar as condutas e administrar as relações humanas. Naquela época, a massa proletária destinava-se primordialmente ao trabalho e absolutamente a um trabalho forçado, pois, a necessidade era de constituir e garantir uma “força de trabalho”, mas também, garantir a conjugalidade para a reprodução de filhos.

Em função dos novos problemas da população que surgiram nos séculos XVII ao XIX – natalidade, saúde, econômico, urbanização<sup>3</sup> – o controle político e econômico buscou aprimorar seus discursos sobre a tecnologia de lidar com o sexo e para fazer valer seus “procedimentos de gestão” encarregou os conhecimentos científicos a dar suporte à institucionalização do discurso sobre a sexualidade. Assim, a “ciência sexual”<sup>4</sup> tem em seu corpo teórico conhecimentos vinculados à economia, política, igreja, pedagogia, medicina, psiquiatria, psicologia e justiça penal.

O discurso das técnicas econômicas e políticas eram voltados para a população, procurava-se “analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e incidência das relações sexuais”<sup>5</sup>. As práticas jurídicas também se encarregaram de elaborar técnicas que impedissem que as regras referentes ao casamento fossem rompidas: “romper

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação, Professora e Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECULT, Pesquisadora associada do Núcleo de Estudo em Gênero e Sexualidade - DIADORIM.amanaiaramiranda@ig.com.br

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* – A vontade de saber. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* – O uso dos prazeres. Vol. 2. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006b.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006c.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *A “Governamentalidade” In: Microfísica do poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

<sup>4</sup> FOUCAULT, 2006a. O autor denominou a sexualidade desta maneira por que verificou em sua análise histórica que a sexualidade é constituída dos mais diferentes discursos.

<sup>5</sup> FOUCAULT, 2006a. op. Cit. p. 32.



as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação”<sup>6</sup>. O adultério, o estupro, o incesto espiritual ou carnal, a homossexualidade, o casamento sem consentimento dos pais e os hermafroditas, todos eram considerados criminosos<sup>7</sup>.

Na escola, as técnicas pedagógicas definiam (e ainda definem) tanto o ambiente escolar como as condutas dos alunos: “o espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios, (com ou sem separação, com ou sem cortina) e os regulamentos elaborados para a vigilância do sono”<sup>8</sup>, todas foram técnicas pedagógicas referentes à educação e instrução dos prazeres.

Para mostrar como essas técnicas ainda estão presentes em nossas práticas pedagógicas vejamos um caso numa escola X: uma professora nos momentos do recreio autorizava que alunos brincassem do lado de fora da sala e as alunas brincassem dentro da sala de aula. Quando questionada sobre tal procedimento, a sua justificava era de que estaria preservando a integridade física das meninas em relação aos comportamentos dos meninos, cujas brincadeiras estariam abaixo da capacidade física de se relacionarem com os meninos, pois estes estariam com bolas ou até mesmo com brincadeiras de correr.

A ação da professora demonstra como cotidianamente podemos educar desde muito cedo à criança considerar que certos comportamentos são próprios do homem ou da mulher. Afirmando, através da linguagem que há uma regulação da sexualidade, impedindo a criança a fazer, a experimentar, a viver. O corpo é convocado a abrigar uma técnica que a princípio não era sua, mas por agir de maneira repetitiva torna-se uma *prática de si*.

De acordo com Foucault *prática de si*<sup>9</sup> é uma expressão que designa que as ações do sujeito são percebidas por ele mesmo como criação sua, quando na “verdade” essas condutas são conforme os valores e as regras estabelecidas. Em toda prática ou atitude há um saber e o corpo é que servirá como base para os saberes sobrevirem. É um saber que ao ser tomado como verdade torna-se parte do corpo, mas que só ganha vida no campo da experiência, quando é tomado como “verdade” e ao ser efetuado como prática própria, como uma *prática de si*.

A conduta da professora diante a criança está constituída de valores e crenças a respeito da perpetuação da ordem de gênero, e essas práticas não são apenas reforçadas pela escola, como também, e, principalmente, pela família. A família, enquanto ambiente primário de socialização da

<sup>6</sup> FOUCAULT, 2006a. op. Cit. p. 45.

<sup>7</sup> FOUCAULT, 2006a. op. Cit. p. 45.

<sup>8</sup> FOUCAULT, 2006a. op. Cit. p. 34.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* – O uso dos prazeres. Vol. II. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.



criança, possui também valores e crenças que se cruzam com o que à escola dissemina. A contestação ao que a escola discursa e faz só aconteceria caso a mesma contrariasse aquilo que a família acredita.

Cabe a escola problematizar a reprodução das diferenças, pois segundo Bourdier (1999), a escola é uma instituição, importante para gerar transformação, inclusive no que se refere às diferenças de gênero, isto é, criar espaços de discussão que diretamente trate desses preconceitos, rótulos e atitudes discriminatórias.

Ao analisar a produção e reprodução do discurso, Foucault identifica que há duas grandes forças imbricadas em seu processo de institucionalização: a “vontade de verdade” e a “vontade de saber”. E que estas duas forças arbitrárias necessitam existir para, sobretudo exercer o poder. O autor explica que com a divisão platônica de verdadeiro e falso, que se arrastou ao longo dos séculos, onde o discurso verdadeiro era o do rei, da igreja e de quem pronunciava a justiça, a verdade passou a habitar não no que se faz, mas, no que se diz. Conseqüentemente, o discurso verdadeiro passa a garantir um maior domínio, um maior poder<sup>10</sup>.

De tal modo, a própria escola, enquanto espaço de circulação dos mais diversos discursos, se constitui na produção e reprodução de falas e informações que tentam controlar e conter os episódios que possivelmente expressem a diversidade. Tal postura tende a tornar o espaço escolar como propriedade de quem fala, dando a este a possibilidade e capacidade de manter a hegemonia, a heteronormatividade, ao sexismo, ao racismo e etc., disseminando valores cruciais para a crítica e recusa da igualdade não só na escola como também na sociedade.

Com a manutenção dos padrões apresentados no parágrafo anterior, os indivíduos são “convidados” a estarem vigilantes de si mesmos; a estarem atentos às ordenações; a envolverem-se, também, com a ação de vigiar o outro; a isolar-se daqueles que se comportam de maneira irregular; a serem obedientes às determinações do discurso; a dizer e a fazer o que é “normal”.

Este é outro ponto que também podemos observar o tanto que cotidianamente ensinamos às crianças estarem vigilantes umas com as outras e nos sinalizando quando outras crianças não estão correspondendo aos padrões heteronormativos. Exemplo disso foi quando em um desfile de primavera em 2007 na escola X, havia enfeites para a cabeça com desenhos de flores, de carrinhos, de bonecas, de animais. Um aluno escolheu um enfeite de flores, imediatamente, um de seus colegas chamou a professora e falou: - *Pró... Fulano pegou o enfeite de menina. Isso pode? A professora olhou para o aluno que fez a escolha e disse: Menino você não tá vendo que isso é coisa*

---

<sup>10</sup> FOUCAULT, 2006c. op. Cit. p. 10-20.



*de mulher! Tem coisa aí para homem, porque você não escolhe o que é para você?* O aluno em questão perguntou a professora: *E qual é o meu?* E ela respondeu: *Você não sabe? É o que tem carrinhos, animais e a tira é na cor azul.*

Com este exemplo é possível verificar que o aluno quando pergunta *E qual é o meu?* Fica claro que ele não dispõe de um ideário que o classifica ou o coloca especificamente em um lugar de menino ou menina, mas ele apenas faz a sua escolha dentro daquilo que melhor lhe dar prazer ou lhe interessa. Considerando o discurso do outro aluno (*Pró... Fulano pegou o enfeite de meninas. Isso pode?*) é nítido que já está internalizando identidades de gênero, onde inclusive questiona o comportamento ou escolhas diferentes. Assim, se entendemos que gênero e sexualidade são construções sociais, elas são, portanto, passíveis de mudanças.

A normatização sexual assume, no campo da experiência cotidiana, um papel de técnica tão necessária, que marcará um lugar, o corpo. O corpo é o alvo para se exercer a técnica. Ele é: ajustado, adaptado, regulado, avaliado, estudado, classificado, examinado, advertido; convocado para exercer as práticas convencionadas socialmente. Forçosamente é colocado numa proporção que criteriosamente determina a ele uma função. Mascara-se que, sobretudo, é violentado pelas práticas disciplinares.

Para exemplificar como estamos ajustando, disciplinando e mascarando corpos, temos o caso de uma professora que no mês de agosto de 2007 numa escola Y, em pleno festejo do folclore decidiu dramatizar com sua turma a *Lenda da Iara*. Ao perguntar aos alunos e alunas qual era o papel que cada um gostaria de representar, um de seus alunos se posicionou escolhendo o papel da *Iara*. Neste momento a professora disse que não era possível e lhe ofereceu o papel para representar *Deus*, afirmando que este seria um papel melhor, mas o aluno continuou insistindo em desempenhar o papel da *Iara*. A professora encaminhou a situação para a coordenadora pedagógica, e esta necessitou refletir juntamente com ela a possibilidade da criança representar o papel. Não convencida da possível representação, a professora justifica que a família questionaria e diria que a escola ou ela estavam fazendo apologia à homossexualidade.

Ao analisar o discurso da professora é possível perceber que sua fala impede a criança de escolher e de se ver em um outro lugar. De acordo com os princípios de exclusão do discurso, Foucault esclarece que há procedimentos de interdição, rejeição e separação no discurso e que se efetuam de maneira diferenciada.

O autor explica que o procedimento de interdição do discurso se traduz como um sistema de dominação, de modo que “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer



circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”<sup>11</sup>. Já o procedimento de separação do discurso está impresso num sentido, sempre, de oposição, de criação do oposto, como a separação daquilo que é objeto de desejo daquilo que não é, “é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida”<sup>12</sup>. E o procedimento de rejeição, trata de recusar o que não é razoável o que é visto como o que não tem sentido o que é estranho, é aquela palavra que é “rejeitada tão logo proferida (...), de qualquer modo, excluída”<sup>13</sup>, e sendo rejeitado é levado a deixar de existir.

A exemplo destes procedimentos de exclusão que agem simultaneamente em um discurso, tem-se a própria sexualidade neste jogo de supressão. Em momentos é levada à submissão, noutros, algumas de suas características se opõem ao que não é autorizado, e, em outros, determinados estilos da sexualidade são levados a deixar de existir enquanto mais uma maneira de atitude sexual.

No ambiente escolar o discurso da sexualidade ainda se encontra interdito, rejeitado e excluído da proposta de reformulação das práticas pedagógicas. Resultando na permanência de um discurso científico baseado nos saberes médicos e psiquiátricos de identificação das enfermidades e alterações, psicológicos de correção dos desvios, como também, pelo discurso da pastoral cristã, que também elaborou técnicas, como a confissão, para através do relato dos indivíduos se obterem os aspectos singulares do sexo, isto é, o que se faz ou não, o que se sente ou não.

Diante disso vale relatar como tem sido difícil a introdução de um discurso diferente sobre a sexualidade, abrangendo inclusive a diversidade sexual. Em outubro de 2008 em uma reunião de professores/as para organizar um projeto sobre sexualidade numa escola Z, a discussão girou em torno de quais temáticas seriam abordadas. Uma professora chama a atenção para que se discuta além dos temas normalmente abordados como o que é o sexo, reprodução humana, doenças sexualmente transmissíveis e etc., era necessário que também fosse discutido o tema da diversidade sexual. Contudo, um professor opinou que *à luz da bíblia não era possível o respeito à homossexualidade já que na bíblia não falava isso*. A diretora opinou que *não seria possível tratar deste assunto já que a sociedade não respeita a diversidade sexual, mas o mais importante é trabalhar planejamento familiar, para que ninguém engravide e nem pegue doença*. Ao final da reunião, o projeto contemplou os conteúdos que eram de costume ser tratado referente à sexualidade.

---

<sup>11</sup> FOUCAULT, 2006c. op. Cit. p. 9.

<sup>12</sup> FOUCAULT, 2006c. op. Cit. p. 10.

<sup>13</sup> FOUCAULT, 2006c. op. Cit. p. 11.



Ao avaliar os aspectos presentes na fala do professor percebemos uma concepção cristã que considera a homossexualidade um pecado. Pensando numa escola laica, espaço esse em que não sofre influência ou controle por parte de nenhum segmento religioso, não cabe à escola estar discursando sobre os dogmas apregoados nos “livros sagrados”.

Quanto ao discurso da diretora é possível identificar que a concepção de sexualidade está voltada para a manutenção de assuntos que garantam a reprodução controlada, a conjugalidade heterossexual, o controle da taxa de natalidade, os casamentos “legítimos” e evitar a precocidade e incidência das relações sexuais. Esta visão de tratar das doenças e dos órgãos reprodutores foi disseminada na década de 80, especialmente, após o advento da AIDS, com o objetivo de controlar a contaminação, isto conseqüentemente está relacionado ao modo como as pessoas se relacionam ou devam se relacionar com o sexo, tornando este assunto algo que recai no viés da morte, do medo e da moral. Temos, portanto:

“Uma generalização do dispositivo de sexualidade, a partir de um foco hegemônico. Em última análise, ainda que de modo e com instrumentos diferentes, o corpo social inteiro foi dotado de um “corpo sexual”. Universalidade da sexualidade”?<sup>14</sup>

Ao analisar este caso podemos observar que a escola é um lugar que favorece a reprodução de estereótipos comportamentais, considerando que muitos dos discursos dos/as professores/as e diretores/as, alinham-se a uma cultura que tende se não necessariamente a apoiar, muitas vezes silenciar discriminações. Abstendo-se, assim, a escola, a assumir um papel mais incisivo em termos da formação de uma cidadania, pautada no reconhecimento da diversidade, da denúncia, do combate e da desconstrução de discriminações e relações de gêneros que sustentam assimetrias e preconceitos.

Ponderando agora sobre a questão moral presente na fala da diretora: *mas o mais importante é trabalhar planejamento familiar, para que ninguém engravide e nem pegue doença*, Foucault ao explicar a noção de moral, aponta que é de profunda ambigüidade; é um objeto de grandes formas e transformações; que quando identificada tem-se que delimitar o seu contexto, ou seja, seu sentido é específico para cada local, cada sociedade<sup>15</sup>.

O autor expõe que a moral é entendida como “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc.”<sup>16</sup>, e que há duas maneiras de ver a

<sup>14</sup> FOUCAULT, 2006a. op. Cit. p. 139.

<sup>15</sup> FOUCAULT, 2006b. op. Cit. p. 26.

<sup>16</sup> FOUCAULT, 2006b. op. Cit. p. 26.



moral. Uma como um “código moral” e outra como “comportamento real dos indivíduos”<sup>17</sup>, ou seja, a técnica é o código, a valoração; e a prática é o próprio comportamento dos indivíduos, o agir, a ação.

A partir disso o autor identifica pontos que são suporte para como o indivíduo irá praticar as prescrições do código: determinação da substância ética, modo de sujeição e elaboração do trabalho ético. A determinação da substância ética se refere à forma como o sujeito deve se conduzir diante de uma regra, ele necessita tomá-la como sua prática, como prática que faz parte de seu corpo, é sendo sua parte que será elemento moral da sua conduta. O modo de sujeição implica em reconhecê-la como conduta que é sua obrigação executar e que sua prática o tornará sujeito moral, isso, não só pelo cumprimento do código, mostrando à sociedade a maneira como tem se conduzido, mas, antes de tudo, expor para si mesmo, que é um indivíduo capaz de fiscalizar e controlar seus próprios prazeres. A elaboração do trabalho ético se efetua, também, no próprio sujeito, este implica em estar praticando tal regra para aprender, memorizar e assimilar, e conseqüentemente ser preciso e conciso em sua conduta<sup>18</sup>.

No âmbito da questão sexual, quando o indivíduo rompe com uma regra estabelecida, quase sempre sofre sanções para impedir que suas representações sociais não sejam visibilizadas ou para que não ameacem os valores naturalizados na sociedade. No ambiente escolar, por exemplo, algumas estratégias são criadas para frear a exposição de comportamentos que exprimem a homossexualidade.

Exemplo disso foi quando em 2008 na escola Z, duas alunas adolescentes se beijavam no pátio, no horário do recreio, alguns/mas professores/as perceberam e foram até a coordenação queixar-se que aquela postura era inadequada na escola. Então, a coordenadora decidiu ir à sala das alunas que se beijaram para anunciar a proibição dos beijos dos alunos e alunas na escola. Um professor que ouviu a história refletiu que esta ação nunca havia sido direcionada para beijos entre adolescentes heterossexuais, assim, questionou porque a proibição do beijo das duas meninas. A coordenadora afirmou que não poderia deixar de tomar uma atitude frente ao caso já que foram os/as professores/as que haviam questionado o fato. O mesmo professor sugeriu então que a proibição fosse anunciada em todas as salas para todas/os as/os alunas/os, independente da opção sexual. Essa sugestão foi aceita e colocada em prática, mas as alunas num período curto, após este episódio, saíram da escola.

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, 2006b. op. Cit. p. 26-27.

<sup>18</sup> FOUCAULT, 2006b. op. Cit. p. 27-28.



A ação da coordenadora e dos/as professores/as nos mostra que o amor é regido pela lógica da racionalidade, isto é, o amor não é visto como um sentimento intrínseco à experiência humana, portanto universal, vivenciado por todos os indivíduos, independente da época ou da cultura na qual estão inseridos. Assim, tal atitude excludente impediu que as alunas pudessem expor naturalmente seu momento de “felicidade”.

De tal modo, percebe-se como é necessária e urgente uma formação continuada a respeito dos direitos humanos, direitos sexuais, que conduza todos/as que fazem parte da escola a uma nova prática pedagógica voltada para a criação de novos conceitos, pautados na equidade de gênero, no respeito à diversidade sexual, e na garantia do exercício da cidadania plena.

A problematização das questões relacionadas aos temas de gênero e sexualidade não é um trabalho fácil, pois, eles mexem com muitos sentimentos, representações e contradições perpetuadas nos discursos científicos, jurídicos, religiosos, pedagógicos, midiáticos, bem como, nos demais discursos presentes cotidianamente no senso comum.

Qual modelo educacional poderá instaurar um processo de desconstrução de certezas tão fortemente instaladas sobre as questões da sexualidade em torno das relações de gênero?

“O modelo de educação sexual que tenho em mente está mais próximo da experiência de livro de ficção e poesia, de ver filmes e do envolvimento em discussões surpreendentes e interessantes, pois quando nos envolvemos em atividades que desafiam nossa imaginação, que nos propiciam questões para refletir e que nos fazem chegar mais perto da indeterminação do eros e da paixão, nós sempre temos algo mais a fazer, algo mais a pensar. Nesses diversos textos, a preocupação não está em como estabilizar o conhecimento, mas como explorar suas fissuras, suas insuficiências, suas traições e mesmo suas necessárias ilusões”.<sup>19</sup>

A implementação de uma proposta curricular que estivesse comprometida com a construção coletiva, com o diálogo, numa relação horizontalizada, talvez fosse à garantia de uma educação promotora da igualdade e do respeito à diversidade e aos direitos humanos. Apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais já indicarem que cabem as escolas discutirem a sexualidade como tema transversal em todas as disciplinas, ainda é incipiente o respeito à diversidade sexual. Visto que a sua publicação ocorrida em 1996 (PCN) tinha o objetivo de tematizar problemas fundamentais e urgentes da vida social, sua temática referia-se apenas à “orientação sexual” justificada pelo crescimento de casos de gravidez entre adolescentes e do risco de contaminação pelo HIV.

Assim é comum que a educação sexual seja desenvolvida na área das ciências, terminando a sexualidade sendo pensada sob uma análise biológica, não levando em conta sua dimensão histórica e cultural. Na escola, o corpo não sendo tratado como um lugar de prazer e desejos impossibilita a

---

<sup>19</sup> FELIPE, Jane. *Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade*. 01 ed. Rio Grande/RS: Editora da FURG, 2007, p. 8.



discussão das relações afetivas entre as pessoas neste espaço social. Não que a escola seja o único local onde se aprende sobre gênero, relações étnico-raciais, sexualidade e outros tantos temas, mas é nela que poderá circular diferentes saberes sobre um mesmo assunto, já que a mesma perante a lei é legitimada como feita para todos/as independente da classe social, opção religiosa, orientação sexual e cor/etnia/raça.

### *Bibliografia*

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FELIPE, Jane. *Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade*. In: RIBEIRO, Paula Regina C.; SILVA, Méri Rosane S.; SOUZA, Nadia Geisa S.; GOELLNER, Silvana; FELIPE, Jane. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. 01 ed. Rio Grande/RS: Editora da FURG, 2007, v. 01, p. 31-45.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – A vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – O uso dos prazeres*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006b.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006c.

FOUCAULT, Michel. *A “Governamentalidade”* In: *Microfísica do poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

LOURO, Guacira. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TAVARES, Mirian S. *Problematizando a razão e a consciência como fundamento humanista fixado na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 2008. 68f. Monografia (Graduação) curso de Psicologia. Universidade Salvador-UNIFACS.